

# AMÉRICA PORTUGUESA: DO TRATADO DE MADRI AO TRATADO DE SANTO ILDEFONSO

PORTUGUESE AMERICA: FROM THE MADRID TREATY TO  
THE SANTO ILDEFONSO TREATY

**Otávio Ribeiro Chaves**

Universidade Estadual de Mato Grosso

**Correspondência:**

Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso, Departamento de História.

Avenida São João, S/n. - Cavanhada I – CEP: 78200000 - Cáceres, MT - Brasil

E-mail: [otavioribeirochaves@gmail.com](mailto:otavioribeirochaves@gmail.com)

**Resumo**

Neste artigo iremos trabalhar como foram estabelecidas as negociações diplomáticas entre as Coroas de Portugal e da Espanha, que antecederam a assinatura do Tratado de Madri (1750). Como também, abordaremos sobre as tentativas de demarcação de fronteiras entre os seus domínios coloniais na América. Outro ponto que será discutido trata-se do esforço da Coroa lusa em promover a reorganização político-administrativa do território da América portuguesa, na segunda metade do século XVIII. Com a criação da capitania geral do Cuiabá e Mato Grosso, em 1748, visava a coroa manter a defesa dos seus domínios a oeste da América portuguesa, devido a proximidade com as terras espanholas, como viabilizar a integração político-territorial com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, integrando assim, essa grande espacialização ao patrimônio do seu império.

**Palavras-chave:** América portuguesa; Tratados Diplomáticos; Fronteiras.

**Abstract**

In this article we intend to work as diplomatic negotiations between the Crowns of Portugal and Spain, prior to the signing of the Treaty of Madrid (1750) were established. As well, we will focus on the attempts to demarcate boundaries between their colonial possessions in America. Another point to be discussed is in the effort of the Portuguese Crown in promoting political and administrative reorganization of the territory of Portuguese America in the second half of the eighteenth century. With the creation of the General Captainty of Cuiaba and Mato Grosso in 1748, aimed to keep the crown to defend their areas west of Portuguese America, due to proximity to the Spanish lands as possible the political-territorial integration with the State Grain Para and Maranhao, thus integrating this great patrimony to the spatialization of his empire.

**Keywords:** Portuguese America; Diplomatic Treaties; Borders.

## O Jogo Diplomático e o Tratado de Madri

A partir de 1746, a diplomacia portuguesa e espanhola começou a negociar a celebração de um tratado de limites entre os seus domínios coloniais na América do Sul e na Ásia. Enquanto as negociações transcorriam, o Conselho Ultramarino (1642) deu parecer sobre a criação da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso e da capitania de Goiás (1748), desmembrando-as da capitania de São Paulo. Em janeiro de 1750, foi assinado o Tratado de Madri, por intermédio do qual a Coroa portuguesa conseguiu assegurar as terras conquistadas pelos sertanistas paulistas no oeste e sul do Estado do Brasil. Ao norte, no vale Amazônico, também foram atendidos os interesses portugueses, garantindo a defesa daquele território diante da possibilidade de investidas de franceses, holandeses, espanhóis e ingleses. Consolidou, assim, o controle político-administrativo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, fortalecendo o vínculo com o Reino e não ao Governo Geral do Brasil.

Esperava a Coroa, a partir do Tratado de Madri, dar continuidade à reorganização político-territorial iniciada no reinado de D. João V, delimitando as fronteiras de sua possessão americana, de modo a prover esses espaços com população e tropas militares e propiciar o incremento de atividades produtivas e comerciais, visando garantir a soberania portuguesa nessas dilatadas regiões. Nesse sentido, a capitania de Mato Grosso, em especial, o distrito do Mato Grosso, foco principal desta pesquisa, era o espaço mais vulnerável, considerado uma fronteira aberta para investidas de jesuítas e tropas espanholas.

Nas instruções enviadas aos governadores Gomes Freire de Andrade, Antonio Rolim de Moura Tavares e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, entre 1749 e 1753,<sup>1</sup> a Coroa esboçou as diretrizes político-administrativas direcionadas às capitânicas que mantinham fronteiras com os domínios espanhóis na América do Sul. Ou seja, definiu políticas de fronteiras para essas áreas onde havia precária presença portuguesa: era preciso incorporar esses espaços à dinâmica política, jurídica, econômica, militar e populacional portuguesa.

Segundo as instruções enviadas a D. Antonio Rolim de Moura Tavares, em 1749, ele deveria priorizar o povoamento e a militarização, principalmente, do distrito do Mato Grosso, como dissemos, área mais vulnerável a ataques de tropas estabelecidas nas missões jesuítas das províncias de Moxos e Chiquitos e na cidade de Santa Cruz de la Sierra. Para as autoridades reinóis havia urgente necessidade de se “fechar” o acesso à entrada dos espanhóis na capitania de Mato Grosso, pois se almejava promover a sua integração territorial e comercial com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, utilizando as rotas fluviais e terrestres (rios Paraguai, Guaporé,

---

<sup>1</sup> Instrução de 1749; Instrução de Diogo de Mendonça Corte Real para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Lisboa, 31 de maio de 1751; Instrução do Rei, D. José I, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Lisboa, 30 de abril de 1753; Carta (Instrução) de Sebastião José de Carvalho e Melo para Gomes Freire de Andrade. Lisboa, 21 de setembro de 1751, In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai**. Primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox, 1985, p. 23-57.

Mamoré e Madeira) para que houvesse o escoamento de mercadorias, transporte de militares e de comerciantes entre essas duas regiões. Pretendia-se também criar núcleos de povoamento de Vila Bela até o rio Madeira, além do incremento de atividades produtivas como a pecuária, extração mineral, lavoura e a exploração das drogas dos sertões.

São escassos os estudos historiográficos que dão a devida atenção à constituição da fronteira ocidental do Império português, procurando percebê-la a partir da sua formação político-territorial, econômica, populacional e militar. Os trabalhos desenvolvidos pelos historiadores têm focado as relações econômicas, sociais e os embates militares entre portugueses e espanhóis no estuário do rio da Prata, tendo a Colônia do Sacramento como cenário privilegiado, entre meados do século XVII e ao longo do século XVIII,<sup>2</sup> deixando de lado a possibilidade de pensar as possíveis articulações ou ligações que possam ter existido entre os diferentes grupos étnico-sociais (missioneiros jesuítas, comerciantes, autoridades régias, colonos, africanos e ameríndios) estabelecidos nessas duas fronteiras.

Apesar da grande distância que separava essas duas regiões do território da América portuguesa, consideramos que havia sintonia entre situações enfrentadas pelas autoridades que se encontravam em Mato Grosso e os acontecimentos que ocorriam na Colônia do Sacramento e no Estado do Grão-Pará e Maranhão. A capitania geral do Cuiabá e Mato Grosso não ficou imune aos eventos ocorridos nessas duas regiões, durante a segunda metade do século XVIII, nem aos conflitos bélicos que envolveram Portugal e a Espanha na península ibérica. Podemos, *grosso modo*, buscar relações entre o levante guaraníco dos Sete Povos das Missões, de 1754, e as disputas ocorridas entre colonos, jesuítas e a Coroa pelo controle da mão-de-obra ameríndia, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, e com acontecimentos ocorridos na capitania de Mato Grosso, como a retirada dos padres jesuítas castelhanos das aldeias de São Simão, Santa Rosa e São Miguel, localizadas às margens do rio Guaporé, e sua interferência no andamento de demarcação da fronteira oeste com os domínios espanhóis. Outro aspecto ainda pouco estudado trata da prática do contrabando secreto adotado pela Coroa com o apoio das autoridades estabelecidas em Mato Grosso, a partir da década de 1760, com o interesse em introduzir mercadorias no Vice-Reinado do Peru, em troca da prata extraída das minas de Potosí. Se a Colônia do Sacramento, desde 1680 era considerada como um importante entreposto militar e comercial para Portugal, a partir do Tratado de Madri, duas décadas depois desse acordo, o distrito do Mato Grosso passou a ser percebido por Portugal como um possível canal de contrabando com as Províncias

---

<sup>2</sup>POSSAMAI, Paulo César. **O cotidiano da guerra**: a vida na Colônia de Sacramento (1715-1735). São Paulo. 2001. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo; PRADO, Fabrício Prado. **Colônia do Sacramento**: O extremo sul da América portuguesa. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

de Moxos e Chiquitos e a cidade de Santa Cruz de la Sierra, voltando a sua atenção para a fronteira mais ocidental do Império português.

Neste artigo pretendemos trabalhar como foram estabelecidas as negociações diplomáticas entre as Coroas de Portugal e da Espanha, que antecederam a assinatura do Tratado de Madri (1750). Como também, abordaremos sobre as tentativas de demarcação de fronteiras entre os seus domínios coloniais na América. Outro ponto que será discutido trata-se do esforço da Coroa lusa em promover a reorganização político-administrativa do território da América portuguesa, na segunda metade do século XVIII. Com a criação da capitania geral do Cuiabá e Mato Grosso, em 1748, visava a coroa manter a defesa dos seus domínios a oeste da América portuguesa, devido a proximidade com as terras espanholas, como viabilizar a integração político-territorial com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, integrando assim, essa grande espacialização ao patrimônio do seu império.

### **Negociações, demarcações e fronteiras**

Ao estudar as cartas escritas pelo diplomata Alexandre de Gusmão ao rei D. João V, Mauro César Coelho ressalta que o experiente estadista considerava as vantagens que os portugueses poderiam obter ao assinar o Tratado de Madri, ao tornar nulo o que determinavam os antigos Tratados de Tordesilhas (1494) e de Utrech (1713). Um dos pontos destacados dizia respeito à troca da Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões, o que possibilitaria obter terras de boa qualidade para a lavoura, abastecer os armazéns de gêneros alimentícios para sustentar as tropas militares instaladas naquela fronteira, além de mantê-los preparados para dar combate aos espanhóis, o que permitiria revidar, quando surgisse à oportunidade, conquistando algumas terras ocupadas pelos vizinhos inimigos. Um outro ponto seria manter o controle dos rios existentes na capitania de Mato Grosso, no vale do Guaporé, região que daria acesso, através do rio Guaporé e demais rios amazônicos ao Estado do Grão-Pará e Maranhão. Além destas vantagens, considerava o experiente estadista sobre a possibilidade do estabelecimento de um profícuo comércio com os povoados espanhóis de Santa Cruz de la Sierra e Potosí, além das missões espanholas estabelecidas nas Províncias de Moxos e Chiquitos. Esses povoados eram distantes dos portos instalados no litoral de Buenos Aires e de Lima, o que implicaria em altos custos para a aquisição de mercadorias. Nesse caso, acreditava Gusmão que através dos portos de Belém poderia a Coroa introduzir mercadorias no Vice-Reinado do Peru e auferir riquezas consideráveis.<sup>3</sup>

O embaixador “brasileiro”, nascido em Santos em 1695, Alexandre de Gusmão, preparava, com antecipação, uma agenda das principais atividades que os

---

<sup>3</sup>.COELHO, Mauro César. **Do Sertão para o Mar**: Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colonia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798).São Paulo, SP. 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, pp. 95-96.Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses>>.

portugueses deveriam se pautar, a partir da assinatura do Tratado de Madri. Definia, assim, os interesses geopolíticos traçados pela Coroa para a capitania de Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A integração entre essas duas regiões era imprescindível para que fosse fomentado o comércio regular entre a cidade de Belém e Vila Bela, como também se estabelecesse com os povoados espanhóis do Vice-Reinado do Peru, através da capitania de Mato Grosso, relações comerciais. Apesar de não fazer referência ao contrabando com os espanhóis, aventava-se essa possibilidade, como uma forma de obter a prata extraída do altiplano andino.

O acordo foi assinado em 14 de janeiro de 1750, e caberia as Coroas de Portugal e da Espanha, dar cumprimento ao que tinha acertado. Um dos principais pontos dizia respeito à demarcação de suas possessões na América do Sul, tendo como parâmetro o princípio do *uti possidetis* (ocupação efetiva). Desta forma, as terras ocupadas pelos luso-brasileiros, a oeste e no extremo-sul do território da América portuguesa ficariam incorporadas, definitivamente, ao Império português. Também ficara decidido que Portugal entregaria, por definitivo, a Colônia do Sacramento para a Espanha que, em troca, repassaria o território dos Sete Povos das Missões aos portugueses, situado à margem leste do rio Uruguai.<sup>4</sup>

No entanto, seria simplista percebermos a celebração deste acordo se não observarmos o alcance que teria mais tarde, na reconfiguração político territorial da América portuguesa. Com a morte de D. João V (1706-1750) e o início do reinado de D. José I (1750-1777), foi dada continuidade à reorganização político-administrativa na América portuguesa, transformando o antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará em Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751). Em Mato Grosso, medidas importantes foram tomadas como a criação da Vila Bela da Santíssima Trindade, no vale do Guaporé, limítrofe com os domínios espanhóis e a liberação da navegação fluvial entre Vila Bela e Belém.

A navegação pelo roteiro fluvial Madeira/Guaporé foi proibida pelo Alvará de 27 de outubro de 1733, o que foi confirmado pela Ordem Régia de 1737, que proibiu qualquer contato entre Pará e Mato Grosso. Essa interdição visava evitar o contrabando de ouro, o comércio com os espanhóis e o despovoamento do Pará diante dos novos achados auríferos. No entanto, a provisão de 14 de novembro de 1752, que chegou à Capitania dois anos depois, liberou o comércio por essa rota fluvial. Nesse momento, o trânsito do lado português foi considerado um meio de impedir o ir e vir dos jesuítas espanhóis que procuravam se estabelecer no território luso.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup>SILVA, AndréMansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1850. In: **História da América Latina. América Latina Colonial**. Volume 1. Leslie Bethel (orgs.). Tradução Maria Clara Cescato. 2ª edição. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

<sup>5</sup>JESUS, Nauk Maria de. **Na Trama dos conflitos**. A Administração na Fronteira Oeste da América Portuguesa (1719-1778) Niterói. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, p. 317.

A partir desse acordo, destacamentos militares e fortificações foram erigidas com o intuito de garantir a defesa político-territorial e a livre navegação com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A companhia geral do comércio do Grão Pará e Maranhão, criada pela Coroa, em 1755 tinha como missão abastecer as capitânicas da Amazônia portuguesa e de Mato Grosso e, nas décadas de 1760-1770 procurou através do contrabando oficial introduzir mercadorias nos povoados espanhóis vizinhos com a finalidade de obtenção da prata extraída do altiplano andino. Foi também definido no Tratado de Madri que caberia as Coroas de Portugal e da Espanha, através da formação de comissões mistas de profissionais contratados nas áreas de engenharia, cartografia, astronomia, matemática, enfim, promover a demarcação das capitânicas do Rio Grande de São Pedro, Mato Grosso, do Pará e da capitania de São José do Rio Negro, criada em 1755, por fazerem fronteira com os domínios espanhóis.<sup>6</sup>

No Estado do Grão-Pará e Maranhão, desde meados do século XVII, luso-brasileiros e padres jesuítas disputavam a mão-de-obra ameríndia existente. Os colonos alegavam que dependiam dos “naturais da terra” para o seu sustento cotidiano, utilizando-os para as mais diferentes tarefas, desde a exploração das drogas dos sertões, até a realização de atividades domésticas. Devido o alto custo para se adquirir escravos africanos, a utilização da mão-de-obra ameríndia foi à solução encontrada para atender às demandas produtivas desses grupos sociais. Os jesuítas estabelecidos no Vale amazônico justificavam que o controle sobre os “naturais da terra” significava protegê-los das investidas dos colonos interessados apenas na exploração do seu trabalho. Em relação a este aspecto, Mauro César Coelho entende que a assinatura do Tratado de Madri reformulou a política metropolitana voltada ao controle das populações ameríndias, em especial, para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, na medida que

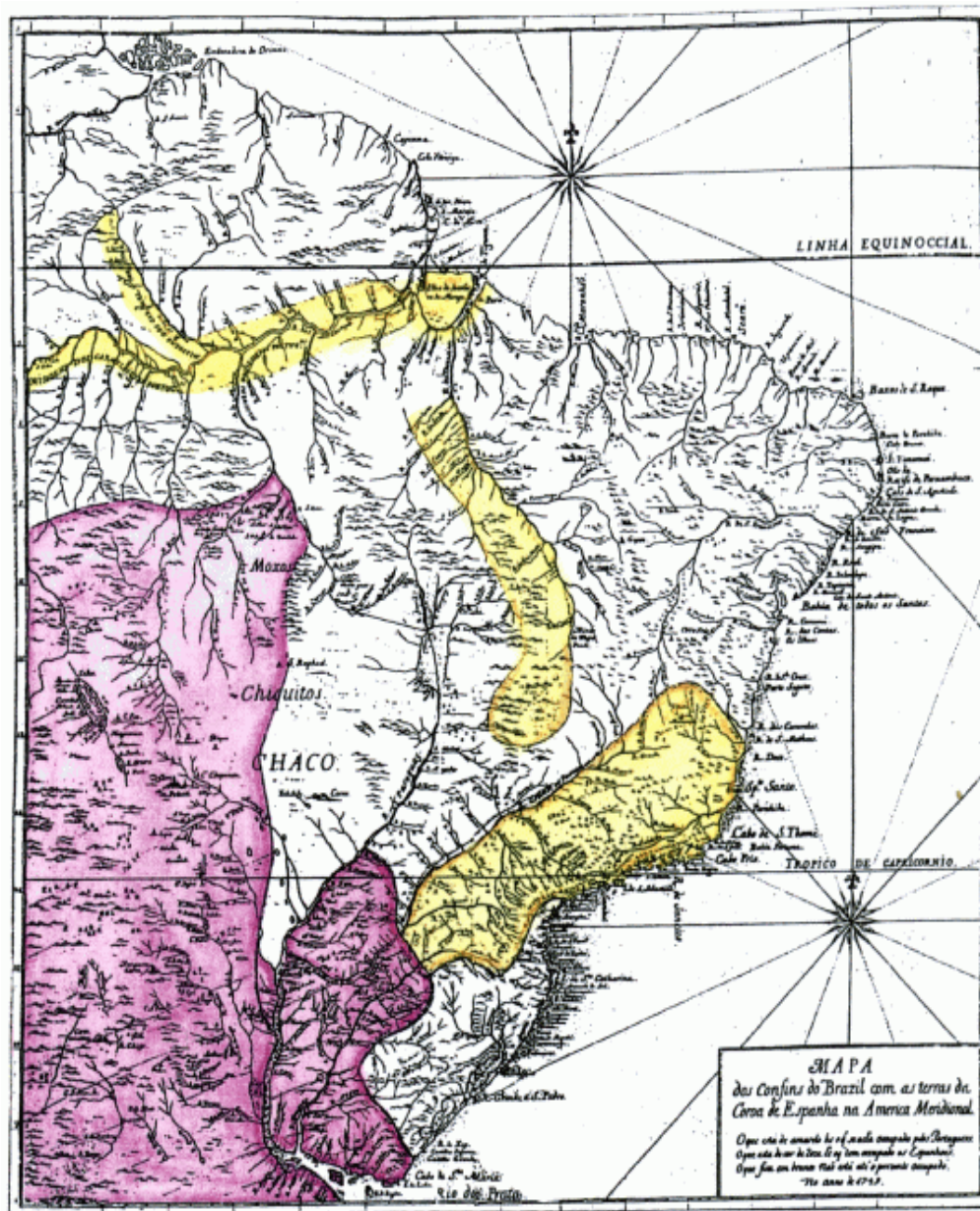
[...] viabilizou, num contexto de falta de recursos e de pessoal, a utilização do indígena como o povoador português e, portanto, o instrumento de legitimação das ordens religiosas sobre os índios, e especialmente da Companhia de Jesus estava, desde a formulação do tratado, já ameaçado [...] o controle sobre os índios era essencial para a produtividade das atividades de coleta de gêneros da floresta.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> FIGUEROA, José de Mesa, ET al. **História de Bolívia**. La Paz: Editorial Gisbert e Cia, 2001, p. 267. O Vice-Reinado de Buenos Aires a partir de 1771 passa a se chamar Vice-Reinado do Rio da Prata, sendo o primeiro Vice-Rei nomeado D. Pedro de Zeballos (1771-1778), que durante o seu governo foi assinado o Tratado de Ildefonso (1777), sendo devolvida para a Coroa espanhola o direito sobre a Colônia do Sacramento.

<sup>7</sup> COELHO, op.cit., p. 103.

A Coroa portuguesa tinha a preocupação em manter o controle sobre os ameríndios que viviam no Estado do Grão-Pará e Maranhão e na capitania de Mato Grosso, visando assegurar o povoamento desses dilatados domínios coloniais, como também utilizá-los como soldados-povoadores, assegurando a posse da terra, a defesa político-territorial. Nesse sentido, não se tratava de atos isolados, mas de um conjunto de ações que foram sendo empreendidas a partir do reinado de D. José I,



#### Fac-simile do Mapa das Cortes, 1749

Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/mapas/map002.htm>>.

*Mapa Geografico de America Meridional*, dispuesto y gravado por D. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, Geogfo. Pensdo. de S. M. individuo de la Rl. Academia de S. Fernando, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais; teniendo presentes varios Mapas y noticias originales con arreglo á Observaciones astronómicas, Año de 1775. Dimensão: 263 x 183 cm. Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

mas exatamente a partir do início da administração pombalina, em 1756, com a ascensão de Sebastião José Carvalho de Melo ao cargo de secretário de Estado dos Negócios do Reino.

Acompanhar o desenrolar das ações empreendidas por funcionários coloniais para a civilização dos "naturais da terra" e para o povoamento de regiões ainda inabitadas, desde o início do reinado de D. José I, percebe-se que estas fizeram parte de uma política estabelecida sob princípios gerais e que, aos poucos, foi sendo refinada, na medida em que era posta em prática. Aliás, a Coroa portuguesa entendia que, para ter assegurado a posse de seus territórios americanos, era preciso aumentar "o número dos fiéis alumados da Luz do Evangelho, pelo próprio meio da multiplicação das povoações civis, e decorosas".<sup>8</sup>

Povoamento, defesa político-territorial, comércio e demarcação, podemos considerar como pontos-chave contidos no Tratado de Madri, que coube ao reinado josefino dar cumprimento. A demarcação das extensas fronteiras entre as possessões americanas luso-espanhola, no entanto, não foi um processo nada fácil de se levar adiante, pois desde o seu início em 1751, começou tumultuado em função de inúmeras desconfianças entre as Coroas portuguesa e espanhola.

### **Expedições demarcatórias**

As atividades de demarcação do Tratado de Madri na América do Sul tiveram relativo atraso, devido à morte do rei D. João V, em 31 de julho de 1750, adiando o início dos trabalhos para o ano seguinte. Duas comissões demarcatórias foram constituídas por profissionais nomeados pelas respectivas Coroas. A comissão da parte sul teve como comissários principais, do lado português, o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade (Conde de Bobadela), e do lado espanhol, o Marques de Val Lirios. Também foram nomeados José Custódio de Sá e Faria, representante da Coroa portuguesa, e D. Manuel Antonio de Flores, do lado espanhol, como comissários responsáveis para estabelecer os marcos fronteiriços até a foz do rio Jauru, na capitania do Mato Grosso.

Os trabalhos da Partida Sul tiveram início em 1752, mas sofreram interrupções devido à eclosão do levante guaraníco ocorrido entre 1754 e 1756. Somente em dezembro de 1759, as Coroas de Portugal e da Espanha consideraram os trabalhos concluídos. Com a eclosão da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), todo o trabalho feito por essa comissão foi considerado nulo, devido ao distrato do Tratado de Madri e assinatura de um novo acordo entre as duas Coroas, o Tratado de El Pardo, em 1761.

---

<sup>8</sup> SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. A Aritmética Política Pombalina e o Povoamento da América Portuguesa na Segunda Metade do Século XVIII. In: **Anais da V Jornada Setecentista**. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003, pp. 122-123. 1. CD ROOM.



Pelo que ficava assentado, a fronteira começava em Castilhos Grande, no atual Uruguai, procurava as vertentes da Lagoa Mirim e do Rio Negro para alcançar o Ibicuí, pelo qual descia até o Rio Uruguai, seguindo por este até o Peperi-guaçu; daí prosseguia até o Iguazu para alcançar o Paraná, buscando a seguir o Iguareí, e por este indo à fonte principal do contravertente mais próximo que desaguasse no Paraguai, por onde continuaria até o Jauru. Uma linha reta avançaria até o Guaporé. Na fronteira seguia as águas desse rio, do Mamoré e do Madeira, até a meia distância da boca de tal afluyente do Amazonas, de lá saindo outra linha a buscar as nascentes do Javari, subindo este até o Solimões para continuar até a boca do Japurá, por cujo divisor de águas com o Negro, passaria ao encontro da cordilheira que se imaginava separasse a bacia do Orinoco da bacia do Amazonas.<sup>9</sup>

Para a comissão da Partida Norte, a Coroa designou o recém-nomeado governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como primeiro comissário, em 30 de abril de 1752. Do lado espanhol, foi nomeado D. José de Iturriaga, em função do conhecimento que detinha sobre a região a ser demarcada e os negócios que ali possuía. O roteiro a ser seguido pelos comissários da Partida Norte deveria começar no marco do Jauru até o rio Negro.

As comissões, formadas por portugueses e espanhóis, visavam, além de promover a fixação de limites de suas possessões na América do Sul, auferir o maior número de informações sobre povoados, localização de rios e as potencialidades econômicas das áreas a serem demarcadas. Tais atenções requereram o custeio de expressiva participação de profissionais formados nas áreas de engenharia, cartografia, matemática, desenho, astronomia etc. Esses profissionais, formados nas universidades de Portugal, Espanha e Itália, eram contratados para participar das expedições demarcatórias, como também para fazer parte das viagens científicas ocorridas no século XVIII, com o objetivo de estudar as variedades de espécies existentes nos reinos animal, vegetal e mineral.

No sentido de se obter maior eficácia e eficiência, os governadores eram, simultaneamente, comissários-gerais das partidas de demarcações de limites e, como consequência, aqueles a quem astrônomos e engenheiros-cartógrafos prestavam, no território, contas das suas observações; davam, igualmente, instruções aos viajantes-naturalistas sobre alguns percursos e prioridades a considerar e ordenavam às instituições competentes, como a Fazenda Real, os administradores das companhias monopolistas, as câmaras ou os diretores das povoações, que financiassem e auxiliassem com embarcações, remeiros, carregadores e alimentos os expedicionários; determinavam, de igual forma, o envio de remessas e a elaboração de textos e relatórios sobre as missões científicas.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup>REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os Tratados de Limites. In: **A Época Colonial: Do descobrimento à Expansão Territorial**. Sergio Buarque de Holanda (dir.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 384-385.

<sup>10</sup>DOMINGUES, Ângela. Para **um melhor conhecimento dos domínios coloniais**: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 23-38, 2001, p. 827. Em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

Assim, tanto as comissões demarcatórias como as expedições científicas do século XVIII tinham como missão elaborar mapas e relatórios sobre as regiões em que trabalharam, gerando uma rica memória sobre os domínios coloniais ibéricos na América do Sul.<sup>11</sup> Ao analisar os mapas elaborados por José Custódio de Faria e as aquarelas feitas pelo italiano Miguel Ciera, que compunham a equipe de demarcadores da Terceira Partida Sul, Maria de Fátima Costa afirmou que o trecho demarcado do rio Iguereí até o rio Jauru:

Esta, sem dúvida, foi a mais bem sucedida das *partidas* formadas para a execução do que havia sido imposto pelo Tratado de Madri. Entre 1753-1754, conseguiram executar o trabalho sem que houvessem maiores divergências e estas não impediram que o Diário desta partida fosse assinado por todos os comissários. Em janeiro de 1754 já haviam fixado o Marco na barra do rio Jauru.<sup>12</sup>

Segundo a autora, grande parte da viagem empreendida por essa comissão foi registrada em aquarelas produzidas por Ciera, com ênfase à mítica Lagoa de Xarayes que, conforme constatação dos demarcadores, tratavam-se de pantanais que se formavam com a cheia das águas do rio Paraguai. Através da leitura dessas aquarelas, podem ser observadas:

O percurso desta *partida* pode ser acompanhado pelas singelas aquarelas deixadas pelo demarcador Miguel Ciera. Trata-se do primeiro registro iconográfico da paisagem inundável guardada no interior da América Meridional. Elas permitem alcançar as silhuetas do relevo pantaneiro e perceber os diferentes ângulos que o seu olhar abrangeu. Ali estão as vistas do Marco do Jauru, da serra de São Fernando, do Morro Pão de Açúcar e dos Três Irmãos, lugares sempre referidos como ponto de orientação de tantos conquistadores que por ali andaram. Olhando a imagem da grande Lagoa Gaíaba que Ciera reteve por seus pincéis, não podemos deixar de lembrar que ali ficava Puerto de losReys, lugar onde Cabeza de Vaca encontrou os Orelhões e a antiga porta de entrada a Xarayes (Pranchas 13 a 16, pp. 242 a 245). Nessas aquarelas, no entanto, não encontramos nenhuma representação da paisagem de Xarayes.<sup>13</sup>

Não foram poucas as dúvidas dos comissários portugueses no tocante a localização exata dos rios e de outros indicadores, como montanhas, vales etc., acidentes naturais que viessem validar os trabalhos demarcatórios. As informações contidas nas instruções passadas pela Coroa portuguesa nem sempre eram precisas, fa-

<sup>11</sup>DOMINGUES, op. cit.; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. **As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII.** In: História: **Questões e Debates**. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, v.19, n. 36, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/revista.htm>>. Acesso em:dez. 2004.

<sup>12</sup>COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII.** São Paulo: Kosmos: 1999, p. 214-215. Ver em especial o capítulo 6: O Deságüe de Xarayes.

<sup>13</sup> COSTA, op. cit; p. 215.

zendo com que as áreas a serem demarcadas sofressem atrasos ou deixassem de ser referências para os trabalhos. Em uma correspondência de 1755, Rolim de Moura informou a Mendonça Furtado que Gomes Freire de Andrade tinha enviado cerca de 400 homens à foz do rio Jauru, para que as demarcações da Terceira Partida Sul pudessem ser concluídas. Nesta ocasião, o governador constatou que as informações decorrentes dos mapas elaborados pela Coroa estavam corretas, ao identificar as rotas terrestres e fluviais que ligavam a Vila Real do Cuiabá até a boca do rio Jauru, seguindo até as minas do distrito de Mato Grosso,<sup>14</sup> embora as distorções sobre a localização dos rios ou outras referências naturais, encontradas no Mapa das Cortes<sup>15</sup> e nas instruções já eram previstas. Essa situação havia sido conferida pelo próprio governador Rolim de Moura durante a sua passagem por aquele trecho, quando fez o percurso, em 1751, da Vila Real do Cuiabá até o vale do Guaporé.<sup>16</sup>

Uma das maiores preocupações da Coroa era deter o conhecimento exato dos rios da região, o que significaria a possibilidade de transporte de cargas, pessoas, armamentos, enfim, de tudo o que fosse necessário para o povoamento, defesa e integração daquela região com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. O governador Rolim de Moura referia-se à área prevista para a demarcação de responsabilidade dos comissários da Partida Norte e pretendia assegurar as terras ocupadas pelos luso-brasileiros próximas ao rio Sararé, afluente do rio Guaporé, além de garantir a definição da circunscrição político-administrativa da Vila Bela, ou seja, preocupava-se em garantir terras suficientes para o desenvolvimento da pecuária e lavoura.

Segundo Domingos Sávio da Cunha Garcia, outro aspecto buscado pela Coroa, durante toda a segunda metade do século XVIII, foi integrar as bacias Amazônica e Platina, procurando fazer com que houvesse a ligação fluvial entre os rios Aguapeí e Alegre para que o comércio entre os distritos do Mato Grosso e do Cuiabá fossem assegurados. Além deste aspecto, havia a preocupação com a defesa político territorial: “o controle da navegação ao norte era fundamental para garantir o controle daquela região, porque ao sul da fronteira, na região do Prata, o acesso

---

<sup>14</sup>Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado, em 14 de fevereiro de 1755. Vol. 2. Documento 049. In Antônio Rolim de Moura, **Correspondências**. Imprensa Universitária / Proedi, 1993, pp. 60-68.

<sup>15</sup>O Mapa das Cortes foi elaborado durante as negociações entre as Coroas ibéricas para a assinatura de um tratado de limites entre suas possessões coloniais na América do Sul e na Ásia. Foi por elaborado por determinação de Alexandre de Gusmão e Azevedo Coutinho, a partir de vários documentos manuscritos e cartográficos. Um detalhado estudo sobre esse documento foi feito por PEREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri. In: Revista **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, n° 37, jan/jun 2007, p. 51-69.

<sup>16</sup>Diário de Viagem de D. Antonio Rolim de Moura Tavares. Cuiabá, 17 de janeiro de 1751. In: MENDONÇA, op. cit., p. 30.

era controlado pelos espanhóis, enquanto que ao norte, pela bacia Amazônica, o controle era totalmente português, desde sua entrada em Belém.<sup>17</sup>

Esse objetivo foi perseguido arduamente pela Coroa, que designou a Rolim de Moura e seus sucessores a difícil missão de levar adiante esta iniciativa que, na sua ótica, poderia garantir o avanço do comércio e a edificação de novos povoados entre Vila Bela e o rio Madeira, na divisa com o Estado do Grão-Pará e Maranhão.<sup>18</sup>

Os trabalhos de demarcação realizados pela Terceira Partida Sul, comandada por Custódio de Farias, tinha completado a sua missão com a fixação do marco de Jauru, em 1754. No entanto, caberia à comissão chefiada por Mendonça Furtado assegurar a demarcação a partir do rio Negro (capitania do Pará) até o marco do Jauru. Com o atraso da chegada dos comissários espanhóis ao local combinado para o início dos trabalhos, Mendonça Furtado dirigiu-se à aldeia de Mariuá, situada na barra do rio Negro. Durante o tempo em que o governador permaneceu no governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, transformou esse povoado ameríndio em vila, com o nome de Barcelos, que se tornou à sede político-administrativa da capitania de São José do Rio Negro.

Em 1759, abatido por moléstias contraídas em suas viagens pela região amazônica, Mendonça Furtado retornou a Lisboa. Por um breve período, serviu como adjunto do irmão na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Em 1760, D. José I nomeou-o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, presidindo também o Conselho Ultramarino, cargos que ocupou até o ano de sua morte, em 1769.<sup>19</sup>

A década de 1750 terminou sem, efetivamente, as Coroas de Portugal e da Espanha terem dado total cumprimento ao que tinha sido acordado no Tratado de Madri. Cabe considerar que desde a assinatura desse acordo diplomático já havia desconfianças e oposições de grupos poderosos estabelecidos em Portugal e na Espanha, trabalhando contra a realização das demarcações. O principal Secretário de Estado do rei D. José, Carvalho de Melo, desde cedo se manifestara contra o acordo. No entanto, teve de dar cumprimento ao que se tinha acertado entre as duas Coroas, embora, em instruções secretas enviadas a Gomes Freire de Andrade, tenha determinado cautela na entrega da Colônia do Sacramento aos espanhóis. Para Carvalho de Melo, somente se efetivaria a troca com o território dos Sete Povos das

---

<sup>17</sup> GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e Negócio na “Era dos Impérios”**: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil. Campinas. 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, p. 28-29.

<sup>18</sup> Ver sobre o assunto OLIVEIRA, Edevamilton de Lima. **A Povoação Regular de Casal Vasco e a Fronteira Oeste do Brasil Colonial – 1783 – 1802**. Cuiabá. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Em: <[http://www.ppghis.com/dissertacao\\_lista.php](http://www.ppghis.com/dissertacao_lista.php)>.

<sup>19</sup> SANTOS, op.cit., p. 128.

Missões se houvesse a completa retirada dos padres jesuítas e ameríndios daquela região, fato que não acreditava que isso viesse a ocorrer.<sup>20</sup>

A posição do Marquês de Pombal era procurar garantir que os espanhóis cumprissem o acordo, porém, tinha sérias dúvidas se isso fosse ocorrer. Não queria deixar de ter o controle sobre a Colônia do Sacramento, entreposto militar e comercial de suma importância para a Coroa na bacia do Prata. Segundo Fabrício Prado, essa região, durante a primeira metade do século XVIII, tinha tamanha importância para os negócios empreendidos pelos homens de grosso trato, que viviam no Rio de Janeiro, pois mantinham negócios diretamente com a Colônia do Sacramento, como também era uma área vital para os comerciantes estabelecidos no planalto vicentino

[...] que vinham constantemente avançando por terra para o sul e estabelecendo caminhos entre Sacramento, Laguna e as demais vilas portuguesas na costa do Atlântico. A formação do complexo mineiro nas Gerais, bem como a descoberta das Minas do Mato Grosso, fizeram com que os interesses envolvidos no avanço para o sul adquirissem formas e intensidades diferenciadas daqueles até então envolvidos. Por um outro lado, a região platina mantinha os atrativos da prata e dos mercados da América hispânica, além dos rebanhos, que agora, além do couro, eram uma mercadoria útil como alimento (carne salgada e gado em pé) e, principalmente, como transporte para o complexo mineiro que se formava. Por outro lado, a presença lusitana no estuário platino garantia a navegação pelo sistema hidrográfico da bacia do Paraná, chave para o acesso por água ao Mato Grosso. A Coroa lusa justificava tal avanço em termos diplomáticos amparando-se na Teoria das Fronteiras Naturais, segundo a qual entendiam o Prata como sendo o limite geográfico dos domínios de portugueses.<sup>21</sup>

Para o autor, a partir desse período, ficou delineada a expansão luso-brasileira para a Banda Oriental do Rio Grande de São Pedro. Sendo: “A primeira, desde o Rio de Janeiro, com interesses claros na manutenção de rotas comerciais e com uma política de incorporação territorial baseada na fundação de presídios militares enquanto núcleos populacionais”.<sup>22</sup> E a segunda, que teve como ponto irradiador, a partir da abertura de caminhos terrestres, desde Laguna, apoiada por paulistas interessados em obter gado e cavalos que estavam sendo criados nessa próspera região.

No Vale Amazônico, com o Tratado de Madri, as missões jesuítas que tinham sido estruturadas, em meados do século XVII, com o propósito de catequizar as populações ameríndias, encontraram, desde então, forte resistência da Coroa portuguesa.

---

<sup>20</sup>TEIXEIRA, Álvaro Soares. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. CapítuloVII: Colônia do Sacramento, Jesuítas e os Sete Povos das Missões.

<sup>21</sup>PRADO, op. cit., p. 44.

<sup>22</sup> Id. p. 44.

[...] a necessidade de garantir o território e de legitimá-lo diante das disputas com a Espanha e, acima de tudo, de torná-lo economicamente interessante para o Império, impuseram uma nova agenda para a colônia do Norte. Nela, não apenas haveria de se processar uma ocupação mais efetiva e muito mais ligada à Coroa, do que havia sido até aquele momento, como esta ocupação deveria corresponder às expectativas de recursos, na forma de uma **produção significativa de gêneros** interessantes ao **comércio internacional**.<sup>23</sup> (grifos nosso).

Segundo Kenneth Maxwell, devido à impossibilidade de dar cumprimento ao tratado, as Coroas de Portugal e da Espanha tiveram de voltar à mesa de negociações e acertar um novo acordo diplomático.

Tragicamente, nem o novo governo de Lisboa nem o de Madri ficaram satisfeitos com o acordo de 1750 negociado por seus predecessores e que havia se revelado desastroso para os guaranis. A morte de Carvajal, da rainha Maria Bárbara e, finalmente, de Fernando VI na Espanha tirou de cena os maiores defensores do Tratado de Madri; e Carlos III reviu totalmente o acordo. Em setembro de 1760 o embaixador espanhol disse ao governo português que a incapacidade de Lisboa de renunciar a Colônia do Sacramento obrigava Carlos III a rescindir o tratado. Lisboa não objetou. Em fevereiro de 1761, em Pardo, o Tratado de Madri foi revogado, permitindo que as Sete Missões continuassem sob a jurisdição da província jesuítica espanhola do Paraguai. Mas a essa altura o mal já estava feito. A impossibilidade de decidir pacificamente a questão da fronteira levou a um período prolongado de guerra não-declarada pela disputa da fronteira sul.<sup>24</sup>

O Tratado de El Pardo (1761) foi assinado em um período, em que tinha eclodido a Guerra dos Sete anos (1756-1763) no continente europeu. Conflito que arrastou, de um lado, várias nações européias como a França, a Áustria e países aliados; e do outro, a Inglaterra e a Prússia. Nesse período, os ânimos encontravam exaltados no “velho” continente. A justificativa espanhola de que os portugueses não tinham feito esforços para que houvesse a troca do território dos Sete Povos com a Colônia do Sacramento, deixaram as relações entre espanhóis e portugueses mais difíceis, principalmente, entre os seus vassallos estabelecidos em suas possessões americanas.

Com a assinatura desse acordo, houve pressão dos espanhóis para recuperar os seus antigos territórios que foram ocupados pelos luso-brasileiros ao oeste e investiram contra a Colônia do Sacramento, região que consideravam estar em domínios da Coroa espanhola. Para as autoridades coloniais instaladas nas únicas vilas da capitania de Mato Grosso, Vila Real do Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, pairavam o medo de que os espanhóis desferissem ataques contra esses

<sup>23</sup>COELHO, op. cit; p. 94. Ver Capítulo 2: O Tratado de Madri, As Missões e a Fronteira Norte.

<sup>24</sup>MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**. Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 55.

povoados. Para o governador havia diminuta população na capitania, e se isso viesse a ocorrer, haveria grande risco da invasão devido à falta de efetivo militar, armamentos e dificuldades a chegada de socorros de outras capitanias, devido à longa distância que havia entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e Mato Grosso, como também dos reforços que poderiam vir da capitania de Goiás. A preocupação do governador luso não era sem sentido. Devido a celebração do Tratado de El Pardo, tropas espanholas e ameríndios das missões de Moxos e Chiquitos ameaçaram invadir a capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, em particular, o Vale do Guaporé, procurando impedir a circulação de portugueses nos rios Guaporé e tributários.

Em janeiro de 1761 chega a Buenos Aires as ordens do rei Espanhol pedindo para que *mantegalas cosas en el estado en que antes estaban con la disolución del Tratado de Límites entre las dos Coronas* (Pastells, 1949:814). Ao receber a esta notícia por intermédio de Pedro de Cebalhos, junto com novas ordens do Conde de Superunda e da Real Audiência de la Plata, o governador de Santa Cruz enviou novamente uma carta junto com um novo comissário a Mato Grosso (Vila Bela) a fim de informar Rolim de Moura sobre a anulação do Tratado de Limites e pedir para que o mesmo se retirasse da Fortaleza N. Senhora da Conceição. Rolim de Moura respondeu a mais esta carta do governador de Santa Cruz dizendo que o Tratado de Limites não poderia ser anulado sem o consentimento e o comum acordo de ambas as coroas, sendo assim, elas se encarregariam de passar ordens de como cada governador deveria proceder em suas repartições.<sup>25</sup>

A militarização e povoamento da fronteira oeste da América portuguesa era uma das grandes preocupações dos governadores lusos que administraram Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII. As contendas políticas que existiam na Europa entre a Inglaterra e a França acabavam arrastando as nações aliadas para os conflitos bélicos naquele continente e fora dele. Portugal era nação que, geralmente, se aliava a Inglaterra, e a Espanha se posicionava favorável a França; estas nações, assim, viam-se envolvidas nesse quadro de tensões. Os seus respectivos domínios coloniais existentes na América do Sul, também ficavam expostos aos dissabores políticos que eclodiam no continente europeu. Na fronteira oeste da América portuguesa, ameaças de invasão por parte de tropas espanholas, de fato, era mais do que simples murmurações sem sentido.

Na manhã de 14 de abril de 1763, o que o governador conjeturava de acontecer, tornou-se um pesadelo. Tropas espanholas fortemente armadas, com inúmeras peças de artilharia, além de ameríndios com arcos e flechas enviados das missões espanholas de Moxos, se estabeleceram na barra do Itonomas, a três horas de distância do Fortim de Nossa Senhora da Conceição. O exército espanhol que chegou até a barra

---

<sup>25</sup>CASTILHO PEREIRA, Ione Aparecida Martins. A ocupação da margem oriental do rio Guaporé e a guerra em Mojos. In: **Anais XIV Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas**. 13. Poblaciones, cultura y poder en la frontera luso española suramericana: temporalidades diversas. CD-ROOM.

de Itonomas, no vale do Guaporé, foi enviado pelo Vice-rei do Peru, D. Manuel Amat y Junyet, que tinha assumido este importante posto após ter administrado, como governador e capitão-general, a capitania do Chile.<sup>26</sup>

Os desafios enfrentados pela administração colonial da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, certamente, não eram desprezíveis. Havia poucos núcleos de povoamento, o que implicava dificuldade para o recrutamento de soldados para serem assentados nas companhias militares. O território tomado dos grupos ameríndios que viviam às margens dos rios Paraguai, Guaporé, dentre outros, foi sendo reterritorializado de acordo com os interesses lusos. Assim, os conflitos existentes com as populações nativas perduraram ao longo do século XVIII, o que implicou na fuga de grupos para as regiões mais distantes. Não eram poucas as reclamações dos governadores portugueses do baixo número de habitantes existente em Mato Grosso. Foi esboçada estratégia política de atração das populações ameríndias que viviam nas missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos, principalmente, após a expulsão dos padres inacianos, em 1757, da América do Sul. A mão de obra escrava africana e crioula era insuficiente para atender as demandas produtivas de Mato Grosso. Os maus tratos desferidos aos africanos e ameríndios provocaram confrontos, gerando violências e fugas para os quilombos e domínios espanhóis, o que implicava ainda mais na diminuição desta vital mão de obra na capitania matogrossense.

As terras do Vice-Reinado do Peru eram limítrofes aos domínios portugueses, portanto, eram lugares procurados por escravos fujões, soldados desertores e ameríndios estabelecidos em Mato Grosso. Como já ressaltamos os conflitos bélicos ocorridos entre as principais nações da Europa – Inglaterra e França, eclodidas no século XVIII, geraram instabilidades políticas no continente europeu. As Coroas de Portugal e da Espanha e, respectivamente, seus domínios coloniais na América do Sul tornavam-se alvos vulneráveis, o que implicava em ações militares, principalmente, em áreas de fronteiras coloniais. Se, a colônia do Sacramento foi alvo de acirradas disputas entre tropas espanholas e portuguesas no extremo sul do continente sul-americano, como vimos, não foi diferente na fronteira oeste da América portuguesa.

A assinatura dos Tratados de Madri, El Pardo e Santo Ildefonso resultaram-se das intrincadas relações diplomáticas acordadas entre as nações ibéricas. O cumprimento desses acordos dependia de conjunturas políticas nem sempre favoráveis a sua execução. Como um dos desdobramentos do Tratado de Madri, podemos

---

<sup>26</sup>CHAVES, Otávio Ribeiro. **Militarização e Povoamento da Capitania de Mato Grosso**. Revista Eletrônica 7: Documento e Monumento. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR. ISSN: 2176-5804 - Vol. 7 - N.1 - DEZ/2012: Acesso disponível na Internet: <http://200.17.60.4/ndihr/revista-7/artigos/otavio-ribeiro-chaves.pdf>



citar como exemplo, o processo de demarcação das fronteiras entre os domínios espanhóis e portugueses na América do Sul.

Investimentos foram feitos pelas Coroas de Portugal e da Espanha, visando que os seus domínios coloniais na América do Sul fossem demarcados. Contudo, os trabalhos desenvolvidos pelas Partidas demarcatórias não avançaram como se esperava, devido a uma série de fatores. Um desses óbices tratava-se do clima de desconfianças que pairava entre os participantes das comissões demarcatórias. Outro ponto a ser considerado, eram os atrasos freqüentes para o início dos trabalhos. Faltavam recursos, como também as dificuldades ambientais são fatores que devem ser considerados, pois acabavam interferindo na conclusão dos trabalhos de demarcação.

Como vimos, a instabilidade política existente na Europa na segunda metade do século XVIII, certamente, repercutiu com intensidade nas relações travadas em áreas de fronteiras entre os domínios coloniais de Portugal e da Espanha na América do Sul. Como destacamos, na fronteira oeste da América portuguesa não foi diferente, pois ameaças de invasão por parte de tropas espanholas deixavam as autoridades coloniais sempre em alerta, o que provocava constantes deslocamentos de tropas luso-brasileiras de um ponto a outro da capitania mato-grossense. Nas correspondências enviadas pelos governadores lusos que administraram a capitania, eram recorrentes pedidos a Coroa portuguesa e autoridades da capitania de Goiás e do Estado do Grão-Pará e Maranhão para que fossem enviadas tropas de militares para acudir Mato Grosso de possíveis invasões. Havia, assim, sintonia fina entre os acontecimentos que ocorriam na Europa e além-mar. Mato Grosso, capitania fronteira com os domínios de Espanha não ficou imune a essas contendas políticas e bélicas que se eclodiram na Europa no emblemático século XVIII.

*Artigo recebido em 17 de abril de 2014.*

*Aprovado em 10 de dezembro de 2014.*